

RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

AGUIAR, Violeta Rodrigues¹; MENDES, Matheus Strelow¹

violetaaguiar@gmail.com

matheus.strelow@hotmail.com

1 Acadêmico(a) do Faculdade de Odontologia e Bolsista do PET-Saúde-UFPel

CASTILHOS, Eduardo Dickie de²; BIGHETTI, Tania Izabel²

eduardo.dickie@hotmail.com

taniabighetti@hotmail.com

2 Professor(a) da Unidade de Saúde Bucal Coletiva da Faculdade de Odontologia-UFPel

1 INTRODUÇÃO

Dentre os princípios organizacionais do SUS e seus mecanismos de gestão encontra-se a descentralização, a qual deve ser entendida como medida de fortalecimento e redistribuição das responsabilidades nas três esferas do governo. Esse princípio, no entanto, não pretende ser restrito aos serviços, mas contemplar também a descentralização da informação em saúde, favorecendo, assim, uma autonomia municipal (BRANCO 1996). Portanto, a informação em saúde deve ser compreendida como um instrumento de apoio decisório para o conhecimento da realidade socioeconômica, demográfica e epidemiológica, para o planejamento, gestão, organização e avaliação nos vários níveis que constituem o SUS (PACTO PELA VIDA, 2006).

O Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS), dentro do atual conceito da tecnologia de informação caracteriza-se como um exemplo de sistema de informação em saúde. Neste sistema, podem ser encontrados dados relativos à quantidade de procedimentos ambulatoriais, como, por exemplo, de exames radiológicos, bem como o número de equipamentos de diagnóstico por imagem odontológica existentes no país, através do Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES).

Nesse contexto, a Portaria 1.101 GM/MS (BRASIL 2002) propõe estabelecer parâmetros de cobertura assistencial do SUS, entre eles o de equipamentos de radiodiagnóstico odontológico por habitante (1/25.000) e especifica também o número de procedimentos básicos odontológicos por habitante ao ano (0,4 a 1,6). Nessa perspectiva, o radiodiagnóstico odontológico deve ser disponibilizado a toda população como parte do tratamento, ou seja, contemplar as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2004).

O presente trabalho teve como objetivo descrever a disponibilidade de equipamentos de Raios - X (Rx) dentário no Sistema único de Saúde (SUS) aos municípios do Rio Grande do Sul (RS), segundo o porte populacional, e o número médio de equipamentos e de procedimentos de Rx dentário (exames radiográficos odontológicos intrabucais) por habitante, nos anos de 2007-2009.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Este trabalho constou de um estudo transversal descritivo com dados secundários do DATASUS. Para cada município do RS nos anos de 2007-2009, foram coletados: produção ambulatorial de radiologia odontológica, número de equipamentos de Rx dentário disponíveis ao SUS e população residente estimada.

Com base no item Informações de Saúde, no subitem Assistência à Saúde, obtiveram-se dados referentes à produção ambulatorial de radiologia odontológica (radiografias periapicais, periapicais e oclusais). No subitem Rede Assistencial, coletou-se, através do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES-Recursos Físicos) as informações quanto ao número de equipamentos de Rx dentário disponíveis ao SUS. E no subitem Demográfico e Socioeconômico obteve-se a população residente estimada de cada município do referente período.

Os municípios foram classificados em cinco categorias, segundo SB Brasil 2003: porte 1 - municípios com até 4.999 habitantes; porte 2 com 5.000 a 9.999 habitantes; porte 3 com 10.000 a 99.999 habitantes e; porte 5 municípios com mais de 100.000 habitantes. Ainda, a adequação do número de equipamentos seguiu a Portaria 1.101(GM/MS - Brasil 2002). Como não há uma recomendação específica de procedimentos de Rx dentário por habitante seguiu-se os valores de referência dos procedimentos básicos odontológicos presentes na referida Portaria.

Para posterior análise dos dados, calcularam-se médias anuais das proporções: número de equipamentos de Rx dentário disponíveis ao SUS ao ano, do número de procedimentos de Rx dentário (radiografias intra-orais: oclusais, interproximais e periapicais) por habitante ao ano e do número de equipamentos de Rx dentário por habitante ao ano. O valor médio de equipamentos por habitante foi multiplicado por 25.000, pois é o valor referente ao recomendado pela Portaria utilizada.

Os dados de cada município foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel versão 2007 e observados por estatística descritiva, empregando o programa Epi Data versão 3.1.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da Tabela 1, observa-se que a disponibilidade de equipamentos de Rx dentário aumentou de 22,4% para 25,2% para os municípios do RS, durante os anos estudados. De acordo com o porte populacional, os maiores aumentos na disponibilidade de equipamentos ocorreram nos municípios de médio porte (3 e 4), de 7,8% e 11,1%, respectivamente. Por outro lado, nas cidades de pequeno porte, se observa uma redução de 1% na disponibilidade de equipamentos de Rx dentário.

Tabela 1. Número e porcentagem de municípios quanto à disponibilidade de equipamentos de Rx dentário, segundo porte populacional. Rio Grande do Sul, 2007-2009.

	2007		2008		2009	
	Não n(%)	Sim n(%)	Não n(%)	Sim n(%)	Não n(%)	Sim n(%)
Porte populacional						
1(até4999hab)	182(79,5)	47(20,5)	176(79,6)	45(20,4)	177(80,5)	43(19,5)
2(5000-9999hab)	91(85,8)	15(14,2)	93(84,5)	17(15,5)	94(84,7)	17(15,3)
3(10000-49999hab)	92(76,7)	28(23,3)	86(70,5)	36(29,5)	84(68,9)	38(31,1)
4(50000-99999hab)	15(65,2)	8(34,8)	13(52,0)	12(48,0)	13(52,0)	12(48,0)
5(+ de100000hab)	5(27,8)	13(72,2)	4(22,2)	14(77,8)	3(16,7)	15(83,3)
Total	385(77,6)	111(22,4)	372(75,0)	124(25,0)	371(74,8)	125(25,2)

Fonte: Departamento de Informática do SUS-DATASUS

Com base na Tabela 2, observa-se que os municípios do menor porte, ou seja, com até 5.000 habitantes, estão com mais equipamentos de Rx dentário do que o recomendado, pois nos três anos estudados a média foi superior a dois

equipamentos para 25.000 habitantes. Já as cidades de maior porte (ou porte 5) apresentaram a média de 2,4 equipamentos por habitante nos anos estudados, ou seja, aquém do estipulado, visto que deveriam ter no mínimo 4 equipamentos de Rx dentário para cada 100.000 habitantes.

Tabela 2. Número e porcentagem de municípios e a média de equipamentos de Rx dentário, disponíveis ao SUS, por habitante, segundo porte populacional. Rio Grande do Sul, 2007-2009.

	2007		2008		2009	
	Mun. n(%)	Média*	Mun. n(%)	Média*	Mun. n(%)	Média*
Porte populacional						
1(até4999hab)	229(46,2)	2,29	221(44,6)	2,34	220(44,4)	2,39
2(5000-9999hab)	106(21,4)	1,28	110(22,2)	1,32	111(22,4)	1,38
3(10000-49999hab)	120(24,2)	1,32	122(24,6)	1,46	122(24,6)	1,85
4(50000-99999hab)	23(4,6)	1,52	25(5,0)	2,00	25(5,0)	2,44
5(+ de100000hab)	18(3,6)	2,06	18(3,6)	2,33	18(3,6)	2,72
Total	496(100,0)		496(100,0)		496(100,0)	

Fonte: Departamento de Informática do SUS-DATASUS

*Média calculada a partir da Portaria1. 101GM/MS = (x25000)

A Tabela 3 demonstra que a média de procedimentos básicos odontológicos, considerando somente procedimentos radiográficos intrabucais, apresenta-se muito superior ao recomendado (0,4 a 1,6 procedimentos por habitante), principalmente, nos municípios de maior porte, no qual a média chegou aproximadamente 30 vezes o valor mínimo estipulado (11procedimentos por habitante em 2008). Nos municípios de menor porte a média diminuiu, principalmente nas cidades de porte 2, onde o valor médio foi de 0,01 procedimentos radiográficos intra-orais por habitante em 2007, ou seja, quarenta vezes inferior ao recomendado.

Tabela 3. Número e porcentagem de municípios e a média de procedimentos de Rx dentário por habitante, segundo porte populacional. Rio Grande do Sul 2007-2009.

	2007		2008		2009	
	Mun. n(%)	Média*	Mun. n(%)	Média	Mun. n(%)	Média
Porte populacional						
1(até4999hab)	229(46,2)	1,72	221(44,6)	3,05	220(44,4)	3,90
2(5000-9999hab)	106(21,4)	0,01	110(22,2)	0,35	111(22,4)	0,86
3(10000-49999hab)	120(24,2)	2,70	122(24,6)	3,29	122(24,6)	3,36
4(50000-99999hab)	23(4,6)	5,00	25(5,0)	4,36	25(5,0)	7,64
5(+ de100000hab)	18(3,6)	10,39	18(3,6)	11,00	18(3,6)	10,06
Total	496(100,0)		496(100,0)		496(100,0)	

Fonte: Departamento de Informática do SUS-DATASUS

*Considerando os procedimentos radiográficos intra-orais: periapicais, interproximais e oclusais.

4 CONCLUSÕES

Concluiu-se que há diferenças entre as gestões municipais em saúde do RS, no que se refere à cobertura dos serviços de radiologia odontológica e a investimentos para recursos físicos (aparelhos de Rx intrabucal) no SUS. Foram observadas discrepâncias tanto em relação à disponibilidade de equipamentos de RX dentário, quanto à quantidade de procedimentos de radiologia odontológica e de equipamentos de Rx dentário por habitante, nos três anos analisados. Ainda, mais estudos devem ser realizados para identificar a necessidade/importância de se

padronizar a quantidade de equipamentos de Rx dentário e de procedimentos odontológicos de um município considerando somente a sua população.

5 REFERÊNCIAS

BRANCO, M. A. F. Sistemas de informação em saúde no nível local. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 12(2):267-270, abr-jun, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.101/GM, de 12.06.2002: Parâmetros de Cobertura Assistencial do SUS.

DATASUS. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em 20 de junho de 2010.

LEI 8080 E LEI 8142. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=169>. Acesso em 30 de junho de 2010.

PACTO PELA VIDA. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1021. Acesso em: 20 de dezembro de 2009.

PNSB. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Ministério da Saúde, Brasil. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2010.

SB Brasil, 2003. Disponível em: <www.apcd.org.br/anexos/projetos_sociais/projeto_sb.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2010.

SCATENA, J.H.G.; TANAKA, O.Y. Utilização do Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS) e do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS) na análise da descentralização da saúde em Mato Grosso. **Informe Epidemiológico do SUS** 2001; 10:19-30.